

A TEORIA DISCURSIVA DE HABERMAS E A VIOLÊNCIA A PARTIR DAS CATEGORIAS DE IDENTIDADE, ESPAÇO E REPRESENTAÇÃO.

NÚBIA STEFFÂNEA ALVES LEMOS^{1,2*}, ALCIONE ROBERTO ROANI^{2,3}

1 Introdução

A violência é um fenômeno complexo, cujo estudo demanda teorias e dados sistematizados para subsidiar análises sob diferentes perspectivas. Este trabalho integra o projeto de pesquisa com o objetivo de coletar indicadores oficiais de violência de 2015 a 2025 nos municípios que possuem campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a fim de subsidiar as análises do fenômeno da violência a partir das categorias de identidade, espaço e representação.

A contribuição deste trabalho consiste na organização e tabulação de dados das Secretarias Estaduais de Segurança Pública em planilhas eletrônicas. A análise desses indicadores, considerando as categorias de identidade, espaço e representação à luz do referencial teórico da teoria discursiva de Habermas especificamente em relação as categorias.

2 Objetivo geral

Investigar os indicadores de violência a partir das categorias de identidade, espaço e representação.

2.1 Objetivos específicos:

realizar um mapeamento dos indicadores oficiais de violência referentes ao período de 2015 a 2025 nos municípios que possuem campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS);

Contribuir para a construção da base de dados do projeto de pesquisa e subsidiar as análises das categorias de identidade, espaço e representação via a teoria discursiva de Habermas.

1 Titulação acadêmica: estudante de Arquitetura e Urbanismo, instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul, *campus* Erechim, contato: nubia.lemos@estudante.uffs.edu.br

2 Grupo de Pesquisa: Ética e política

3 Titulação acadêmica: Doutor em Filosofia, instituição: Universidade Federal da Fronteira Sul, Orientador.

3 Metodologia

A metodologia adotada neste trabalho consistiu na organização e tabulação de indicadores oficiais de violência referentes aos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, considerando os municípios que possuem campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

A coleta dos dados foi realizada por meio de consulta às Secretarias de Segurança Pública de cada estado, utilizando informações disponibilizadas em seus portais oficiais. Nos casos em que os indicadores não estavam disponíveis para acesso público, foi realizado contato direto com os respectivos órgãos, por meio de correio eletrônico, para solicitação dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Após a obtenção das informações, os dados foram conferidos, organizados e tabulados em planilhas eletrônicas, seguindo uma estrutura padronizada (a partir da tipificação e categorias) que permitisse a uniformização dos indicadores entre os diferentes Estados e municípios pesquisados. Esse processo contemplou a sistematização das informações de forma clara, garantindo a fidelidade aos dados oficiais e facilitando sua utilização nas etapas subsequentes da pesquisa.

4 Resultados e Discussão

No Estado do Rio Grande do Sul, os indicadores oficiais de violência foram obtidos por meio do portal da Secretaria da Segurança Pública do Estado, onde os dados encontram-se disponíveis para consulta pública. A facilidade de acesso às informações possibilitou a coleta e a organização dos indicadores de forma sistemática, sem a necessidade de solicitação direta ao órgão responsável.

Para atender aos objetivos do projeto, foi realizado um recorte dos municípios que possuem campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no Estado, sendo eles Erechim, Cerro Largo e Passo Fundo. Foram coletados e tabulados os indicadores oficiais referentes ao período analisado, contemplando diferentes tipificações de ilícitos e ocorrências registradas pelos órgãos de segurança pública.

Os dados foram organizados em planilhas eletrônicas, mantendo a mesma estrutura dos indicadores disponibilizados pela Secretaria da Segurança Pública, o que permitiu a

padronização das informações e facilitou sua utilização nas etapas posteriores da pesquisa.

No Estado do Paraná, a obtenção dos indicadores oficiais de violência apresentou limitações em relação à disponibilidade das informações. Os dados não estavam disponíveis para consulta pública nos canais oficiais da Secretaria de Segurança Pública, sendo necessário realizar uma solicitação formal por meio de correio eletrônico.

Após o contato com o órgão responsável, foram disponibilizados dados referentes apenas ao período a partir de 2020, além de apresentarem ausência de alguns indicadores de violência solicitados. Dessa forma, a base de dados do Estado do Paraná foi construída com as informações disponibilizadas pela Secretaria de Segurança Pública, respeitando as limitações quanto ao período e à disponibilidade dos indicadores.

Para o desenvolvimento do projeto, foi realizado o recorte dos municípios de Laranjeiras do Sul e Realeza, ambos contemplados por campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Os dados recebidos foram organizados e tabulados em planilhas eletrônicas, seguindo o mesmo padrão de estrutura adotado para os demais estados, garantindo a padronização da base de dados.

No Estado de Santa Catarina, os indicadores oficiais de violência também não estavam integralmente disponíveis para consulta pública. Dessa forma, foi necessário entrar em contato com a Secretaria de Estado da Segurança Pública por meio de correio eletrônico, solicitando o fornecimento dos dados necessários ao desenvolvimento da pesquisa.

Em resposta à solicitação, foram encaminhados os dados referentes aos anos requeridos. Entretanto, verificou-se que alguns indicadores de violência não estavam disponíveis, resultando em lacunas na base de dados fornecida pelo órgão. Para o desenvolvimento do projeto, foi considerado o município de Chapecó, onde está localizado um campus da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). As informações recebidas foram organizadas e tabuladas em planilhas eletrônicas.

A pesquisa fundamenta-se na compreensão de que a legitimidade democrática das instituições depende da participação cidadã em processos deliberativos orientados pelo diálogo racional. Para Habermas, o direito e as decisões políticas somente são legítimos quando construídos por meio do agir comunicativo e da participação dos indivíduos potencialmente afetados. A violência social, a exclusão e os conflitos decorrentes da desigualdade representam obstáculos para a efetivação o acesso à justiça e a confiança nas

instituições democráticas. Nesse contexto, as categorias de identidade, espaço e representação relacionam-se diretamente à necessidade de fortalecimento do Estado de Direito, da transparência institucional e da proteção dos direitos fundamentais, como liberdade de expressão e acesso à informação.

5 Conclusão

Durante a execução das atividades, verificou-se que a disponibilidade dos dados apresentou variações em relação a publicização entre os Estados. Enquanto no Rio Grande do Sul as informações estavam disponíveis para consulta pública, no Paraná e em Santa Catarina foi necessário solicitá-las às Secretarias de Segurança Pública por meio de correio eletrônico, sendo identificadas lacunas em alguns indicadores e, no caso do Paraná, limitações quanto à série histórica disponibilizada. Apesar dessas restrições de acesso aos dados, foi possível organizar e tabular os dados em planilhas padronizadas, construindo uma base de dados confiável a partir de fontes oficiais.

As limitações encontradas, como a indisponibilidade de informações e a ausência de determinados indicadores, também constituem resultados relevantes da pesquisa, evidenciando diferenças na transparência e na disponibilização de dados pelos órgãos públicos, aspectos que poderão subsidiar as etapas analíticas do projeto. Além disso, o trabalho reforça a importância da organização sistemática e da utilização de fontes oficiais para a produção de pesquisas científicas consistentes.

A articulação teórica e empírica desenvolvida neste estudo evidencia uma profunda divergência normativa entre a Teoria Discursiva de Habermas e os indicadores de violência. Ambas as perspectivas desmistificam a ideia de que a democracia e o desenvolvimento sustentável operam apenas por meio de engrenagens formais; pelo contrário, demonstram que a vitalidade social depende da existência de sujeitos capazes de interagir, deliberar e construir consensos em ambientes livres de medo e coerção.

A violência criminal seja ela expressa na crudeza da letalidade violenta, na reificação violenta dos corpos femininos ou no encolhimento do espaço urbano provocado pelo crime patrimonial revela-se como o principal fator de distorção comunicativa nas realidades locais, conforme os dados fornecidos pelas Secretarias de Segurança Pública. Ela sabota o Mundo da Vida, bloqueia o exercício da cidadania e corrói a confiança institucional necessária para a

manutenção do pacto democrático.

Nesse cenário, a presença da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) nas cidades-polo ganha contornos de resistência epistemológica e política. A universidade pública atua como um polo gerador de racionalidade comunicativa, abrindo frentes de debate, inclusão e reflexão crítica que desafiam a lógica sistêmica da criminalidade.

Referências Bibliográficas

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Vol. I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. **A inclusão do outro**. Estudos de teoria política. Tradução de Denilson Werle. São Paulo: Editora da UNESP, 2018.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

PARANÁ. **Secretaria da Segurança Pública**. *Estatísticas – CAPE*. Curitiba: Governo do Estado do Paraná, [s.d.]. Disponível em: <https://www.seguranca.pr.gov.br/CAPE/Estatisticas>. Acesso em: 26 fev. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Segurança Pública**. *Indicadores da Violência Contra a Mulher – Lei Maria da Penha*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contr-a-mulher>. Acesso em: 10 out. 2026.

RIO GRANDE DO SUL. **Secretaria da Segurança Pública**. *Secretaria da Segurança Pública*. Porto Alegre: Governo do Estado do Rio Grande do Sul, [s.d.]. Disponível em: <https://www.ssp.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 10 out. 2026.

SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Segurança Pública**. *Segurança em Números*. Florianópolis: Governo do Estado de Santa Catarina, [s.d.]. Disponível em: <https://ssp.sc.gov.br/segurancaemnumeros/>. Acesso em: 26 fev. 2026.

Palavras-chave: Violência; Indicadores de violência; Tabulação de dados; Segurança pública;

Nº de Registro no sistema Prisma: PES-2025-0296

Financiamento

